



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1011628-95.2015.8.26.0566/01**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Alienação Fiduciária**  
 Exequente: **Banco Bradesco S/A**  
 Executado: **Jair Rodrigues Fernandes Cia Ltda Epp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

1 Consigno que a parte requerida não outorgou procuração ao I. Advogado subscritor do pedido de homologação e extinção do processo. No entanto, o acordo foi celebrado na presença do I. Advogado, que exerce função indispensável à administração da Justiça e a quem se presume a boa-fé na conduta profissional. Além disso o documento conta com a suposta assinatura do requerido e foi juntada aos autos pelo I. Advogado, que responde pela autenticidade do documento juntado, para todos os fins do direito.

2 Fls.14/16: **HOMOLOGO O ACORDO** celebrado pelas partes, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais. Há resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, "b", do NCPC.

3 Considerando a cláusula 2 do presente acordo, em que o exequente da plena e irrevogável quitação ao débito (fl. 15) **JULGO EXTINTA**, com fundamento no artigo 924, inciso II, do CPC.

4 Ausente interesse recursal, nos termos do artigo 1.000, do CPC, fica anotado o trânsito em julgado nesta data, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

5 Não houve determinação de restrição nos sistemas SCPC e Serasa e tampouco houve comprovação da negativação, não havendo razão para liberação judicial das restrições.

6 Não há custas finais, nos termos do art. 90, §3º, do NCPC.

7 Dê-se baixa dos autos no sistema e remeta-se ao arquivo.

P.I.

São Carlos, 09 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**